

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 905 - de 16 a 31 de agosto de 2022

📌 Lula escolheu começar a campanha com operários da Volks no ABC



COM LULA NAS RUAS,

PELO RESPEITO AO VOTO POPULAR

LUTA DE CLASSE

Trabalhadores da saúde
em luta pelo piso salarial

pág. 6

NACIONAL

11 de agosto: Bolsonaro
ainda sem resposta

pág. 7

NACIONAL

Porto de Santos
na mira da privatização

pág. 8

INTERNACIONAL

Chile: entrevista com Luis
Messina sobre referendo

pág. 12



Lula e Haddad reúnem mais de cinco mil na USP

Lula voltou a USP depois de 24 anos e foi recebido por mais de cinco mil estudantes, além de docentes e trabalhadores da universidade, para uma aula pública no vão das faculdades de História e Geografia. Além de Haddad e Lula falaram no evento dirigentes de entidades estudantis e docentes como a filósofa Marilena Chauí e a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato.

Durante o evento Lula criticou a legislação eleitoral que impede de falar em eleições durante a pré-campanha e dentro das universidades, e fez um convite bem humorado aos presentes: “Se vocês quiserem saber se eu ou Haddad somos candidatos, vocês terão que ir ao Anhangabaú no fim de semana”, quando há um comício marcado em que se esperam milhares de pessoas.

Um dia do estudante limitado

A UNE decidiu em seu último ACONEG realizar atos em defesa da democracia e por eleições livres no 11 de agosto, o dia do estudante. A iniciativa era justa frente às manobras golpistas de Bolsonaro e seus generais contra o voto popular num cenário onde Lula é o favorito nas eleições presidenciais. A presença de estudantes, no entanto, foi bastante limitada.

A cobertura da rede Globo destacou a presença da UNE nos atos de leitura da carta aos brasileiros, celebrando a união de amplos setores. Mas os estudantes que foram às ruas também levantaram cartazes contra os cortes orçamentários, com impactos nas bolsas e nos RU's, dentre outras pautas, que são reflexo da política do governo atual apoiada pelas instituições e por empresários.

Em São Paulo, foi lida a carta intitulada “Em defesa da democracia e da justiça”, assinada pela UNE junto com FIESP e Febraban, que ao defender eleições livres alega que as instituições políticas com quem

Bolsonaro hoje se choca “continuam garantindo o avanço civilizatório da sociedade brasileira”. Que avanço?

A juventude está sendo chutada para fora das salas de aula; 17 universidades comunicam risco de fechamento por falta de verba; a violência da polícia contra os jovens negros aumentou, bem como a fome e a miséria.

A luta em defesa do voto popular merece e precisa de todos os aliados. Mas cabe a UNE assinar um texto defendendo aqueles que pariram Bolsonaro e colocam a juventude no sufoco?

A situação da juventude no governo Bolsonaro é alarmante. Foi o que expressou a jovem Cárita Luísa no ato em Mato Grosso: “Somos a fila dos ossinhos no estado do agronegócio, a população sem comida e sem emprego.

Chega disso! Queremos a recomposição das verbas da educação, o passe livre e bolsas estudantis”. É isso mesmo. O respeito ao voto popular é para abrir caminho para

mudanças radicais no país, onde a juventude possa ter um futuro digno. Sobretudo nesse momento é hora de levantar essas pautas para ajudar a encher as ruas.

No ato em Brasília que passou pela Esplanada dos Ministérios, a estudante Maria Clara do Centro Acadêmico de Letras da UNB afirmou: “Presidente ameaça golpe e as instituições não fazem nada. Elas que mantiveram ele lá e o ajudaram a passar a boiada. Só o povo salva o povo, por isso estamos nas ruas. Queremos Lula para reconstruir e transformar o país”.

Prosseguir lutando!

A 45 dias das urnas, é hora da mobilização ao redor da campanha Lula. Se a presença nos atos convocados pela UNE foi fraca, a capacidade de mobilização da campanha Lula, que lidera com 51% na juventude segundo a última pesquisa, por outro lado, tem o potencial de atrair uma onda de jovens nas ruas defendendo seus direitos e o voto popular.

Os mais de cinco mil estudantes presentes na USP atestam o fato (ver abaixo). Demandas essenciais como a recomposição das verbas e a instituição do passe livre estudantil em escala nacional, ligadas a medidas mais profundas como a revogação do Teto de Gastos, devem ser o objeto de discussão com cada vez mais jovens para ajudar a criar a força necessária para derrotar Bolsonaro e os generais e fechar esse capítulo trágico que se abriu.

Foi o que defendeu a Juventude Revolução do PT em panfleto distribuído nos atos de 11 de agosto: “A luta dos estudantes é do lado dos que querem reconstruir e transformar o país. Esse deve ser o lado da UNE. Com os que estão aí não dá mais”.

O caminho é seguir organizando a luta, nessa fase com panfletagens, reuniões, eventos culturais e etc., na defesa do voto popular e dos direitos da juventude, até a vitória de Lula nas urnas.

Katrina

Coação e tutela em grêmios estudantis

No dia 27 de julho, o Grêmio Estudantil Revolução EPIAL, em Arapiraca (AL) realizou uma assembleia Geral para debater com os estudantes situações de assédio, intolerância religiosa e racismo na Escola Estadual Professora Izaura Antônia de Lisboa (EPIAL).

A assembleia encaminhou que os estudantes organizariam rodas de debates para discutir temas como racismo, machismo, novo ensino médio, entre outros, dentro da escola. Além disso, após assembleia, os estudantes ainda realizaram oficina de cartazes denunciando as opressões que vinham acontecendo lá dentro. Relatou o núcleo da Juventude Revolução do PT em Arapiraca: “No dia seguinte, na manhã de

quinta-feira, 28 de julho, o grêmio estudantil foi intimado para uma reunião com a 5ª Gerência Regional do Estado de Alagoas, juntamente com a gestão da escola. Fechados dentro do auditório da escola, os estudantes foram recebidos pelo gerente da 5ª GERE aos gritos, afirmando que o grêmio não tinha direito de chamar assembleia e que na escola, professor fala e estudante obedece calado, sem dar possibilidade que o grêmio falasse, silenciado de toda forma. Além disso, o gerente impediu que uma estudante menor de idade, que estava passando mal, saísse do auditório.” completaram os estudantes da JRdoPT.

O episódio está longe de ser algo isolado. Em diversos estados

secretarias de educação recomendam que professores criem grêmios e exerçam uma tutela sobre eles. Este é o caso de São Paulo. De acordo com uma estudante da Zona Sul da capital paulista “a secretaria de educação tem um projeto que chama “Somando Forças” que traz uma nova estrutura para os grêmios. Nessas alterações agora o grêmio tem 32 integrantes, não tem mais eleição. A reformulação do grêmio acontece a cada dois anos. Aí você vai retirando estudantes do 3o ano e colocando outros do 1o. Vai fazendo um misturadão de alunos.”

Ela explica que os grêmios passaram a ter sua gestão atrelada à das escolas.

“As reuniões são supervisionadas

pela direção da escola ou pela coordenação pedagógica”.

Muito longe do que determina a Lei 7398/1985, aprovada após o fim da ditadura, que determina que “aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas(...)”. “Com esse controle todo como os estudantes vão poder discutir os seus problemas com liberdade? Se um professor tá lá supervisionando as reuniões, os grêmios viram um puxadinho da direção da escola, para fazer o que eles mandam e acabamos perdendo a nossa autonomia” completa a estudante.

45 dias de mobilização pela vitória de Lula

Está começando a campanha oficial, para a qual se voltam as atenções do povo brasileiro, que enxerga na candidatura de Lula a única forma, hoje, de derrotar o insuportável Jair Bolsonaro e sua patota de generais que ameaçam o que resta de democracia.

Mas Bolsonaro ataca a democracia, não esqueçamos, para continuar destruindo os direitos dos trabalhadores, a educação, a saúde, o conjunto dos serviços públicos e entregar o patrimônio nacional para as mãos da iniciativa privada.

Duzentos anos depois da declaração formal de independência, o Brasil ainda não é uma nação independente, no sentido pleno da palavra (ver pág. 10). A subordinação ao capital internacional e a interesses privados é enorme. Agora mesmo o governo incluiu no programa nacional de desestatização o Porto de Santos, o maior da América do Sul.

Enquanto 33 milhões passam fome e o endividamento das famílias cresce, o governo não só autoriza que bancos concedam empréstimos consignados para as famílias em extrema pobreza que receberam o auxílio emergencial, cobrando juros escorchantes, como reduz o repasse da merenda escolar. O Congresso Nacional se apressa em votar medidas que retiram direitos de trabalhadores (ver pág. 8).

A esses e outros ataques a reação das

organizações populares não está à altura. A maioria delas diminuiu a sua capacidade de mobilização, porque estão, nos fatos, embarcando numa política de “capital e trabalho juntos” como anunciou orgulhoso o ex ministro da Justiça de FHC, José Carlos Dias, quando da leitura do manifesto em defesa da democracia que incluía a FIESP, a Febraban e até a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, mas também a CUT, a UNE e outras

PARA O TRABALHADOR, OS DIREITOS SOCIAIS SÃO O CONTEÚDO DA DEMOCRACIA

centrais sindicais.

No entanto, os trabalhadores não estão interessados em abrir mãos dos seus direitos. A democracia não pode ser uma casca vazia. Para o trabalhador, os direitos sociais são o conteúdo da democracia.

Talvez por isso os atos do dia 11, incluindo aí o da Carta aos Brasileiros no Largo São Francisco, na USP, não empolgaram, apesar de toda a repercussão midiática (ver pág. 9).

E não falta disposição de resistir da parte do povo quando estão em questão os seus direitos. É isso que mostram os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias em todo o país, na luta pela aplicação do piso salarial nacional, conquistado a duras penas. É isso também o que mostram os moradores de ocupações na luta contra os despejos, pelo direito a moradia digna, com acesso a saneamento (ver pág. 6 e 7).

De nossa parte, com o Diálogo e Ação Petista e os candidatos a deputados federais e estaduais que apoiamos, somos pela mais ampla unidade em defesa da democracia. Mas sem que para isso, deixemos de lado a luta por um único direito sequer. É o que defendemos para a campanha Lula, a única que, neste momento, pode unificar ao seu redor o conjunto de forças populares capazes de resistir às manobras golpistas de Bolsonaro - sem depender da confiança em supostos generais legalistas, ou em declarações do imperialismo dos EUA, ele próprio enredado numa crise sem precedentes (ver pág. 12) - e abrir caminho para as transformações de fundo, que exigirão uma Assembleia Constituinte Soberana. Para isso é necessário mobilizar, nos próximos 45 dias, pelo voto em Lula, e pelo respeito ao voto popular, começando pelos comícios de rua, em BH, São Paulo e outros que virão.

NOTAS

Trabalho escravo no Brasil

A segunda edição da “Operação Resgate” já retirou da condição de trabalho análogo ao de escravo no Brasil 337 trabalhadores. Resultado do esforço de seis órgãos públicos é a maior ação conjunta com foco no combate ao trabalho análogo ao escravo e tráfico de pessoas no país. Começou no dia 4 de julho e segue em andamento. Quase 50 equipes de fiscalização estiveram diretamente envolvidas nas inspeções ocorridas em 22 estados e no Distrito Federal durante o mês de julho. Ao todo 1124 trabalhadores já foram resgatados de condições análogas a escravidão neste ano, de acordo com dados do Ministério Público do Trabalho. Ao longo de todo o ano de 2021 esse número chegou a 1937 pessoas. A maioria esmagadora dos resgatados são trabalhadores rurais: 89%. Mas há também trabalhadores urbanos, principalmente no trabalho doméstico.

Denúncias de escravidão no trabalho doméstico

Pelo menos seis trabalhadoras domésticas foram resgatadas em condições análogas ao trabalho escravo no mês de julho.

De acordo com uma matéria da

Folha de SP, desde o lançamento do Podcast “A mulher da casa abandonada” do jornalista Chico Felitti, que conta a história de Margarida Bonetti, brasileira acusada de manter uma empregada em condições análogas à escravidão durante 20 anos nos EUA, o número de denúncias de trabalho doméstico desse tipo teria aumentado em 123%. A média mensal de denúncias passou de sete para 16 casos, de acordo com dados do MPT.

Resgates em condições precárias

Apesar do aumento no número de resgates nos últimos anos (só de 2020 para 2021 foi de 106%), os Auditores fiscais do trabalho sofrem com a falta de verbas e pessoal. Em 2018, o orçamento para combate ao trabalho escravo, era de R\$ 2,6 milhões. Em 2019, caiu para R\$ 2,3 milhões. Em 2020, foi drasticamente reduzido para R\$ 1,3 milhão. Em 2021, não houve rubrica específica no orçamento voltada para o combate ao trabalho escravo. Essa rubrica foi incorporada pelas ações de inspeção de segurança e saúde no trabalho como um todo, no total R\$ 24,1 milhões. Já o número de cargos vagos de Auditores Fiscais chega a pelo menos 1600.

Memória

MEMÓRIA - ISRAEL MASSACRA LIBANESES E PALESTINOS

“Graças a Deus você está vivo!” Essa foi a frase mais ouvida em Beirute após o ataque israelense, em 1º de agosto. O ataque sionista foi devastador, o mais violento desde que, há oito semanas, se iniciou a invasão do Líbano e o genocídio dos povos palestino e libaneses. Poucos dias antes, Israel havia lançado um ataque que assassinou cerca de 500 pessoas em Beirute (...). São centenas de milhares de desabrigados, feridos, mortos. Enquanto tudo isso acontece, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, “lamenta o derramamento de sangue”, a burocracia stalinista de Moscou se queixa dos “assassinos sionistas”, sem mover uma palha para auxiliar de fato a resistência palestina.

O Trabalho nº 163 – 5/8/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Marize Carvalho: “em primeiro lugar nas ruas. Em consequência, no parlamento”

Entrevista com a candidata a deputada federal pelo PT Bahia

Militante do PT, membro da executiva do Partido em Salvador e licenciada da executiva nacional da CUT, a professora Marize Carvalho, da Universidade Federal da Bahia, apresenta sua candidatura para, entre outras coisas, defender a educação pública, lutar contra os cortes no orçamento da educação e contra a militarização das escolas.

“Não escolhi ser candidata”, ela pontua. “A grave situação com o aprofundamento dos ataques aos direitos do povo trabalhador pelo governo do inominável, expresso no conjunto das contrarreformas (trabalhista, previdenciária) e na destruição dos serviços públicos, assim como a volta ao mapa da fome e altos índices de desemprego, tem nos colocado a responsabilidade de fazer a luta, procurando dar passos concretos na perspectiva de organizar o combate pelos direitos, em primeiro lugar nas ruas e, como consequência, no parlamento.”

A professora explica que sua candidatura “vem das bases do movimento



de educação”. Mas ela garante que tem recebido apoio de outros setores do movimento sindical e social, tanto da cidade quanto do campo. “Acho que pelo reconhecimento à militância que construímos nos últimos anos, especialmente desde 2016”.

Sua campanha procura levantar reivindicações concretas do povo. “Ao

fazer isso temos percebido um maior diálogo com jovens e com mulheres trabalhadoras de setores populares, cujas famílias estão em maior vulnerabilidade, e uma aproximação com mulheres, chefes de família com muita necessidade de políticas de proteção social”, ela garante. Por isso mesmo ela conclui que “precisamos eleger Lula sem um programa rebaixado. Temos que combater sem trégua todas as medidas de desmonte para o funcionamento do serviço público, com firmeza e compromisso para derrotar o bolsonarismo e revogar todas as suas contrarreformas.”

De acordo com a candidata, este é o caminho para enfrentar as manobras golpistas de “Bolsonaro e seus generais, que tremem com a proximidade da derrota nas urnas, pela vontade da maioria do povo que quer Lula na presidência, comida na mesa e mudanças radicais para reconstrução e transformação do país.”

Marize também integra o esforço de reeleição de um governo do PT na

Bahia, mas cobra que Jerônimo (atual candidato ao governo) assuma compromissos que Rui Costa (atual governador), negou. “Na Bahia, estamos na luta para ajudar a eleger um governo do PT para pôr um fim no extermínio do povo negro e pobre, lutar contra a privatização da EMBASA (empresa de água) e contra a militarização das escolas. É o nosso desafio, mas é também o nosso compromisso”, defende.

Professora, mulher, de origem operária, Marize Carvalho resume suas principais bandeiras: “defendo e luto em favor do Piso Salarial Profissional e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários que valorizem os profissionais da educação. Estou na luta para representar as mulheres trabalhadoras contra a opressão, o machismo e a violência, por salário e direitos iguais. Estou ao lado das mulheres negras por salário igual, pelo fim do genocídio dos jovens negros e medidas de emergência como aumento dos salários e tabelamento de preços dos alimentos”.

Meg Guimarães para deputada distrital

Cerca de 100 trabalhadores e jovens se reuniram no lançamento da pré-candidatura da companheira Meg Guimarães, no Distrito Federal no dia 28 de julho.

Sindicalista reconhecida pela trajetória de luta na direção do Sindicato dos Professores, um dos principais sindicatos do Distrito Federal, Meg participou ativamente de todas as lutas e greves da categoria desde 1998. Atualmente é vice-presidente licenciada da CUT DF.

Como dirigente do Sinpro-DF ajudou a construir o atual Plano de Carreira do Magistério Público, bem como contribuiu para outras conquistas importantes da categoria, ao longo de quatro mandatos.

Teve participação determinante nas lutas pelo fortalecimento do cargo de Pedagogo-Orientador Educacional, no quadro da carreira do Magistério Público do DF, e pela melhoria das condições de salário e trabalho.

Inspirada pelo sentimento de indignação contra a grave crise política e econômica que assola o país e joga o povo trabalhador numa situação dramática - só no DF são 206 mil famílias que passam fome e 262 mil desempregados - Meg decidiu nestas eleições apresentar sua candidatura, procurando ser um ponto de apoio para aqueles e aquelas que querem mudar a realidade.

O anúncio da candidatura provocou, na primeira hora, o apoio de vários companheiros e companheiras da categoria a qual faz parte, bem como de outras que tem relação a partir do mandato na CUT e militantes do PT.

Na pré-campanha, nas reuniões com apoiadores e no lançamento, várias pessoas expressam que a candidatura de Meg tem “a cara da classe trabalhadora”, reafirmando o histórico de luta da companheira que tem um programa político que expressa



as necessidades do povo.

A campanha vai às ruas com o eixo central na defesa de um programa de emergência para a nação que consiste em defender os empregos, o aumento geral dos salários e o tabelamento dos preços da cesta-básica, a revogação das contrarreformas e o despejo zero. Alertando para as intenções golpistas de Bolsonaro, manterá de pé a bandeira em defesa

do “respeito ao voto popular”. Assim como, apresenta que para avançar nessas medidas e reconstruir o país será preciso encarar uma perspectiva de ruptura com o sistema atual que oprime a classe trabalhadora. Para isso, defende a convocação de uma Constituinte Soberana com Lula presidente, para dar voz e vez ao povo.

Sarah Lindalva

No Ceará: PT terá candidato próprio

Na convenção do PT do Ceará, realizada no dia 30 de julho em Fortaleza, Lula reafirmou que, eleito, revogará o sigilo de 100 anos

sobre atos de Bolsonaro e familiares.

A convenção confirmou a candidatura de Elmano Freitas, do PT, ao governo

do estado. “Nessa eleição, a gente estará jogando o futuro de cada um de nós”, disse Lula.

O Diálogo e Ação Petista

esteve presente com cartazes defendendo a convocação de uma Constituinte Soberana, exigindo o respeito ao voto popular, ameaçado pela

movimentação golpista de Bolsonaro, e outras medidas, como a revogação da reforma trabalhista, da previdência e do teto de gastos.

UNIDADE PELO RESPEITO AO VOTO POPULAR

A campanha eleitoral está começando, em meio a ameaças crescentes de golpe e não aceitação do resultado eleitoral.

Diante da possibilidade real de uma derrota contundente nas urnas, Bolsonaro joga todas as suas fichas para tumultuar e até interromper o processo eleitoral.

No dia 11 de agosto, houve manifestações em defesa da democracia em todo o país. O Diálogo e Ação Petista integrou-se a elas, apontando um caminho para sair da crise: Lula presidente, atendimento das reivindicações mais urgentes da população, respeito ao voto popular e uma Constituinte Soberana para reconstruir e transformar o país.

Veja abaixo a declaração do DAP na íntegra:

11 de agosto - em defesa do voto popular

O Diálogo e Ação Petista se integrou ao chamado deste dia 11 de agosto pela democracia, por direitos sociais, contra a violência, o desemprego e a fome, sem se furtar de apontar um caminho para aplacar o sofrimento do povo e a deterioração institucional.

Vários episódios mostram o caminho de Bolsonaro rumo a um possível golpe a pretexto das urnas eletrônicas. Todo mundo sabe que é uma reação ao favoritismo de Lula nas pesquisas.

Se há quem afirme que ele está blefando, quem pode garantir que é blefe? Alguém sabe até onde os militares podem ir?

Saudamos a Carta aos Brasileiros de 2022 que diz “no Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições”.

Neste 11 de agosto deixamos claro que estamos dispostos a tomar as ruas!

De nossa parte, nos engajamos na eleição de Lula presidente, por aumento geral de salários, contra a fome, por verbas para os programas sociais, e por uma Constituinte Soberana que termine com a tutela militar (art. 142), para reconstruir e transformar o país.

Para que nunca mais se deponha ilegalmente uma presidente, nem que, sob pressão militar, se mantenha ilegalmente preso um líder popular para que um genocida chegue ao poder e se façam contrarreformas antipopulares.

É com espírito unitário que participamos do movimento suprapartidário aqui iniciado.

Pela mais ampla unidade pelo respeito ao voto popular!

**11 de agosto de 2022,
Diálogo e Ação Petista**



DAP presente em atos em São Paulo, Minas Gerais e Ceará

EM MATO GROSSO, FEDERAÇÃO DO PT TEM CANDIDATOS DO AGRONEGÓCIO

A Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB, PV) escolheu a primeira dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro (PV), esposa do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), como candidata a governadora de Mato Grosso, ao mesmo tempo em que cedeu a candidatura a senador ao deputado federal Neri Gueller (do PP), representante do agronegócio ligado ao ex-governador e ex-ministro Blairo Maggi. No pacote, outro representante do agronegócio, o senador Carlos Fávaro (PSD), foi integrado à coordenação nacional da campanha Lula.

Dessa forma foi preterida a candidatura a governador do professor e sindicalista Domingos Sávio, do PT, apresentada pelo Diálogo e Ação Petista e pelo agrupamento do deputado estadual Lúdio Cabral. A federação também preteriu a candidatura da professora Enelinda Scala (do PT) a senadora.

Escolhido na pré-convenção do PT, Domingos Sávio defendia candidaturas para valer da federação, ligadas às reivindicações e contra os privilégios que o agronegócio tem dos governos estadual de Mauro Mendes e federal de Bolsonaro, que são aliados.

Para completar o serviço, a maioria da Executiva do PT de Mato Grosso rejeitou a candidatura de Leonardo Rondon, militante da Juventude Revolução do PT, apoiado pelo DAP, que estava iniciando a organização da sua campanha a deputado federal ligando as reivindicações da juventude à campanha pela Constituinte com Lula presidente.

A justificativa para essa ponte da candidatura Lula com o agronegócio, usando como moeda de troca as candidaturas majoritárias indicadas pelo PT em Mato Grosso, é a suposta necessidade de “ampliar” e dividir o agronegócio, reduzindo as resistências

desse setor da burguesia à eleição de Lula e ao futuro governo.

Por trás dessa justificativa está a adaptação às atuais instituições e o rebaixamento do programa de governo de Lula, com o agronegócio pressionando em defesa de seus interesses, a começar pela manutenção dos privilégios no financiamento das safras e no desmantelamento da legislação e dos órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA e ICMBio). O candidato a senador, Neri Gueller, é o relator do projeto de lei que retira Mato Grosso da Amazônia Legal, para permitir a expansão das plantações de soja e de pastos para criação de gado. E ele promete aprovar o projeto no Congresso.

Na base do PT e dos movimentos populares e sindical, a confusão e o desânimo cresceram com essas candidaturas, ainda que a vontade de entrar na campanha para eleger Lula e expulsar Bolsonaro e Mauro Mendes



Domingos Sávio foi pré-candidato a governador pelo PT

seja grande.

Os militantes identificados com o DAP estão discutindo com esses movimentos que caminho seguir. Com candidatos estranhos às lutas populares e ligados ao agronegócio, cresce a proposta de votar no 13 para presidente e para governador, e 131 para senador, reafirmando a necessidade de uma expressão independente dos trabalhadores e do povo nas eleições.

Metalúrgicos da Cinpal em estado de greve

Trabalhadores da forjaria de Taboão de Serra lutam por PLR e condições de trabalho

Desde o início do mês, os trabalhadores da forjaria Cinpal, que produz autopeças para a indústria de veículos pesados, estão em estado de greve. A decisão foi tomada no dia 1º de agosto, em assembleia simultânea das três unidades da empresa, quando os metalúrgicos rejeitaram a proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e decidiram reforçar a mobilização por uma nova proposta e pelo atendimento da pauta de reivindicações trabalhistas.

“Os trabalhadores têm clareza da produção e de seus direitos, e só vão aprovar quando a proposta e resposta às reivindicações forem condizentes com seus anseios”, avalia Marcelo Mendes, coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Sindmetal) nos municípios de Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Taboão da Serra do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. Desde então, o sindicato já

se reuniu duas vezes com a empresa, e a negociação ainda não avançou. A mobilização segue.

Sindicato faz “esquenta” da campanha salarial

O Sindmetal também está negociando a PLR com outras empresas, mas, ao mesmo tempo, decidiu antecipar as atividades da campanha salarial. A data-base da categoria (ou seja, a data de referência para renovação do acordo salarial) é em 1º de novembro, e a campanha pode ser impactada pelas eleições em outubro e pela Copa do Mundo em novembro.

O cenário segue, até aqui, com a inflação em alta: em julho, apesar da queda, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou em 10,12%, e a diretoria do Sindmetal aponta que para os trabalhadores que ganham menos, para os quais o preço dos alimentos pesa mais no



Marcelo em assembleia na matriz da Cinpal, em Taboão da Serra

orçamento familiar, as perdas chegam perto de 20%.

“Antecipamos os seminários regionais que fazemos todo ano”, explica Marcelo. O Sindicato está presente em 12 municípios. Cada um dos seminários regionais abarca partes dessas cidades, e é construído a partir de assembleias com os metalúrgicos nos locais de trabalho. “A intenção é fazer a agitação com os trabalhadores para que eles entrem

no clima da campanha salarial. Depois, mais à frente, faremos um seminário geral para aprovar a pauta de reivindicações”.

No caso dos metalúrgicos de Osasco e região, a negociação com os sindicatos patronais que representam as empresas metalúrgicas é feita estadualmente a partir da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, filiada à Força Sindical.

Priscilla Chandretti

Trabalhadores da saúde em luta pelo piso salarial

Agentes comunitários de saúde e de combate a endemias se mobilizam

O Congresso Nacional sancionou no dia 5 de maio a Emenda Constitucional (EC) 120 que estabelece o piso nacional para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias de no mínimo R\$ 2.424,00 (dois salários-mínimos), adicional de insalubridade e aposentadoria especial.

A EC garante ainda os repasses do governo federal aos municípios para garantir o pagamento do piso.

“Foi uma grande vitória para todos os agentes deste país. Atualmente são cerca de 400 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, distribuídos por todos os estados da federação e pelo Distrito Federal, desenvolvendo um trabalho de importância capital (...)”, declarou Oldack César, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal.

A luta pelo país

Em São Paulo, o Sindsep (Sindicato dos Municipais) está na briga

pelo piso. Em meio à campanha salarial, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) enviou para a Câmara Municipal um Projeto de Lei (PL) que reestrutura várias categorias, mas não aplica o piso para os ACEs.

A proposta apresentada pelo prefeito é de R\$ 2.091,74, em meio às mobilizações que vem ocorrendo desde 17 de julho, com manifestações na Secretaria Municipal de Saúde e desde 1 de agosto com paralisações para exigir o piso. Há previsão de votação nas próximas semanas.

Em Santa Catarina, na capital Florianópolis, o Sintrasem (Sindicato dos Municipais) levou a reivindicação à prefeitura e foi estabelecida uma negociação. Os servidores se mobilizaram por duas semanas rejeitando as tentativas do prefeito de destruir as carreiras dessas categorias, especialmente a progressão por títulos, e conquistaram a garantia do envio de um PL à Câmara que garante o piso nacional, com

pagamento retroativo. Uma vitória importante.

Já em Joinville, o Sinsej (Sindicato dos Municipais) mobilizou a categoria para ir à Câmara, pois o Prefeito Adriano Silva (Novo) tentou ludibriar os trabalhadores propondo incorporar gratificações históricas para chegar ao Piso. A reivindicação da categoria é que o piso seja calculado em cima do salário sem as gratificações (conquistadas pela categoria). Foi ainda apresentada uma emenda à Câmara para pagamento da insalubridade de 20% para os agentes. Eles também exigem que o pagamento seja retroativo.

Em Tabuleiro do Norte (Ceará), o Simsep (Sindicato dos Servidores) conquistou o piso. O presidente Antonio Marcos explica que



Mobilização dos agentes em Florianópolis (SC)

“nos reunimos com o Secretário e foi acertado o envio do projeto para Câmara, inclusive retroativo a maio. Aqui no Ceará praticamente em todos os municípios já implantaram, uma grande conquista”.

Servidores de diversos municípios seguem mobilizados na luta pelo piso nacional se dirigindo aos prefeitos para que apliquem a EC 120.

João B. Gomes

Professores recuam da paralisação nacional, mas mantém mobilização

Os sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) estão buscando construir atividades para o próximo dia 17 de agosto (ver JOT 904), mas ainda não avançaram o

suficiente para garantir um dia nacional de greve.

Em São Paulo, o Sinpro-SP, maior entidade sindical da Contee declarou Estado de Greve e convocou assembleia com dispensa de ponto. O sindicato afirma que “a

categoria encontra-se em estado de greve por decisão das assembleias realizadas no dia 15 de junho. Por isso, o alerta aos patrões já está dado”. Denunciam que estão “sem reajuste salarial frente a uma inflação que, até 28 de

fevereiro, atingiu quase 11%”.

O Sinpro-ABC, preparando sua assembleia denuncia que “o sindicato patronal tem adotado uma postura de poucas palavras e nenhum avanço na mesa de negociações e, ainda por cima, quer oferecer

reajuste parcelado que não contempla a reposição da inflação: 4% agora, 2% em janeiro de 2023 e um ‘abono’ de 30% que não se incorpora ao salário. É hora de mobilização. São os nossos direitos que estão sob ameaça!”.

Ocupação em Minas reconquista direito à água

Moradores da ocupação “Vitória”, em Diamantina, garantem direito básico

Há um mês a situação dos moradores da Ocupação Vitória, em Diamantina, interior de Minas Gerais, ultrapassou o extremo. Por mais de 30 dias, as cerca de 150 famílias que vivem no Bairro Cazuza, na cidade histórica, ficaram sem acesso à água, que foi cortada pela Copasa, empresa mineira de saneamento, sob comando do governador Zema (Novo), sem nenhum aviso prévio.

O corte foi feito no dia 12 de julho, sob alegação de irregularidades no serviço, que já era fornecido há pelo menos 7 anos. Enquanto faziam mobilizações populares na cidade e uma campanha de denúncia em todo o estado, os moradores questionaram junto a empresa que se negou a receber uma comissão e recorreram ao Ministério Público, o qual ajuizou uma ação civil pública em que obteve uma decisão liminar no dia 16 de julho para que o fornecimento de água fosse restabelecido em 10 dias.

O prefeito de Diamantina, Juscelino Roque (DEM), se comprometeu a fornecer água potável à ocupação nesse período, mas não cumpriu a promessa. Preferiu utilizar os caminhões pipa para lavar as pedras do

centro histórico da cidade. A ocupação sobreviveu de forma precária à base de doações dos moradores da cidade e da região que se solidarizaram com a situação, e no limite, utilizando de uma mina de água que acabou se mostrando imprópria para consumo.

A questão foi denunciada pela moradora Daniella, mãe de um bebê de sete meses, que explicou que viu sua “condição de insuficiência renal piorar em função do consumo impróprio da água da mina”, e se via desesperada porque não tinha como “oferecer água para o bebê, que também sofre do mesmo quadro, inclusive fazendo tratamento em Belo Horizonte”.

Além de sofrer com a falta de água, a comunidade também começou a enfrentar o problema da fome. O funcionamento da cozinha comunitária da ocupação, que serve cerca de 160 refeições diárias, também foi prejudicado diante da ausência do item básico para cozinhar.

Mesmo com a decisão liminar tomada a Copasa se recusou a religar o fornecimento de água e entrou com recurso, mas foi novamente derrotada



Moradores da ocupação fecham BR-367, em frente à sede da COPASA

judicialmente no dia 9 de agosto.

Com a empresa se recusando a cumprir a decisão judicial, os moradores da Ocupação organizaram mais uma manifestação fechando a BR 367 e se dirigindo até a sede da Copasa no dia 11 de agosto, onde conseguiram ser recebidos pela empresa e finalmente foi restabelecido o fornecimento de água no mesmo dia.

Para a coordenadora da Ocupação, Marcia Melo, “o cenário só mudou após muita luta dos moradores, desde campanhas de expor a situação da população até o nosso grande ato

com interdição da BR 367 exigindo o cumprimento da decisão judicial”.

No mesmo sentido o deputado Betão (PT MG), que acompanhou e apoiou a luta, denunciando na Assembleia Legislativa e cobrando o governo do Estado, considerou que “trata-se de uma vitória da luta dos moradores”. Betão, no entanto, ressaltou que a luta deve continuar, “porque a Copasa só aceitou instalar um hidrômetro único para registro de todos os moradores, diante da reivindicação de hidrômetros individuais”.

Leonardo lung

Vitória na ocupação Douglas Rodrigues, em SP

Prefeito da capital paulista baixa decreto para desapropriar terreno

No dia 2 de agosto o Prefeito Ricardo Nunes (MDB) publicou o decreto nº 61.641 que inicia o processo de desapropriação da área de 50.470m2 da Ocupação Douglas Rodrigues da Vila Maria (zona norte de São Paulo).

O decreto estabelece o imóvel como “utilidade pública para ser desapropriado judicialmente ou adquirido mediante acordo (...)

necessário a implantação de plano de urbanização”.

O prefeito cumpre o anúncio feito por ele no dia 13 de maio que iniciaria a desapropriação. Agora a Secretaria de Habitação prossegue com medidas jurídicas até que a posse do imóvel passe oficialmente para o Município, encerrando definitivamente o processo movido pela empresa proprietária na Justiça Estadual que determina

o despejo das 2 mil famílias.

A medida teve grande repercussão nas mídias locais e junto aos diferentes movimentos de moradia da cidade. O decreto coroa a dura e longa luta das famílias que por 9 anos resistiram na área.

Dirigidas pelo Movimento Independente de Luta por Habitação de Vila Maria as mais de 10 mil pessoas que moram na Ocupação travaram

uma batalha incessante que exigia moradia digna dos governos federal, estadual e municipal. A vitória da Ocupação Douglas Rodrigues, obtida num momento difícil em que a classe trabalhadora e os movimentos de moradia em particular resistem para manter o que já foi conquistado, é um alento e estímulo a todos que resistem em defesa dos direitos do povo.

Henrique Ollitta

Abaixo a Portaria 555/2022

Medida de Bolsonaro pavimenta caminho à perseguição de Docentes

Em 1º de agosto de 2022, o Ministério da Educação (MEC) baixou a Portaria 555/29.07.2022.

A Portaria 555 determina a transferência de prerrogativa de apuração disciplinar e punição administrativa do âmbito da Advocacia Geral da União para as autoridades administrativas das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES).

Na prática, se trata de reduzir a tramitação de processo administrativo

disciplinar para um ambiente envenenado pela guerra promovida pelo Governo Federal contra os professores e professoras das IFES.

Note-se que as prerrogativas em matéria disciplinar da Portaria estão limitadas às instituições que “possuem unidade correccional”, ou seja, que possuam corregedorias ou órgãos semelhantes.

Com a posse de Bolsonaro e a nomeação para reitores de nomes

que foram derrotados em consultas internas ou sequer compuseram as listas tríplices definidas em Conselhos Superiores das instituições, se desencadeou uma sistemática perseguição a professoras e professores que contestassem atos do governo e das reitorias, inclusive docentes que exerciam seus mandatos sindicais. As corregedorias, agora super empoderadas, têm sido instrumentos ativos nesta perseguição.

Com a combinação de reitores nomeados ao bel prazer de Bolsonaro com corregedorias hostis à autonomia e à liberdade de organização e cátedra, a Portaria 555 pode potencializar os processos de perseguição. A revogação da Portaria é questão que deve ocupar a primeira ordem da luta de docentes, funcionários e estudantes das Universidades Federais.

Eudes Baima

Porto de Santos na mira da privatização

Saiu no Diário Oficial da União em 27 de julho: a gestão da Autoridade Portuária de Santos foi incluída no Programa Nacional de Desestatização. Falando português claro, a privatização da lucrativa administração foi permitida e o governo Bolsonaro tenta acelerar o processo. Trata-se de mais um agrado aos grandes empresários, às vésperas da eleição. O Porto de Santos é o maior do hemisfério sul. Fundamental para a soberania nacional, ele é o motor da economia e do mercado de trabalho da Baixada Santista.

O X da questão

Estão em jogo as autorizações para instalação de novas atividades – muito lucrativas para os acionistas – não para o país. Entre elas a do gás de xisto (gás natural liquefeito), que passa pelo Porto nos chamados “navios-bomba” (perigosos e poluentes). A maior parte vem dos EUA, hoje seu maior produtor e exportador mundial e precisando de mercados. Em meio à Guerra da Ucrânia a pressão dos EUA sobre a

União Europeia para fechar as torneiras alemãs e outras, para o gás natural encanado da Rússia, é enorme. Na mesma toada o Brasil – que havia se tornado comprador de gás canalizado da Bolívia a bons preços – teve esse acordo desmantelado nos últimos anos por governos aliados dos yankees dos dois lados da fronteira e se tornou grande comprador do GNL dos EUA, enquanto a infraestrutura de combustíveis e energia é privatizada e desmantelada. Outro objetivo da privatização é a especialização na exportação de grãos e outras commodities, numa lógica colonial atrasada. Há ainda os pontos de estocagem de cargas perigosas, como o Nitrato de Amônio, mesmo que fez explodir bairros inteiros em Beirute em 2020 e a possibilidade de o Porto ser usado para estocagem de lixo dos “países ricos”, fato já comum em diversas partes do mundo.

Para o povo desemprego e despejo

Com a privatização centenas de demissões devem ocorrer, através da substituição pela mecanização e pela



Porto de Santos é o maior do hemisfério sul

“importação” de mão-de-obra para a gestão e outros postos, de acordo com a vontade da administração privada. Na moradia, outra ameaça: diversas regiões da cidade de Santos e do Guarujá serão transformadas em área de apoio do Porto. Para onde irão os moradores destes bairros? Não há nenhuma política sobre moradia e milhares de pessoas estão ameaçadas de ficar sem casa.

Em visita à região dia 2 de agosto, Fernando Haddad - candidato ao governo de SP pelo PT – declarou, após a entrega de um manifesto

assinado por diversas entidades sindicais e populares, que contou com apoio do DAP: “Sou contra privatizar (...). Isso faria com que a vocação produtiva do estado dependesse apenas do que o setor privado quer, podendo prejudicar setores econômicos inteiros em virtude do lucro de uma única empresa”. Desde já é muito importante que os trabalhadores e suas organizações debatam e tomem posição para lutar contra a privatização e pela defesa dos empregos.

Tiago Maciel

Congresso retira mais direitos trabalhistas

Diante da paralisia e do silêncio da CUT, sindicalistas buscam reagir

Um novo ataque aos direitos da classe trabalhadora brasileira foi concluído, em 3 de agosto, às escondidas do movimento sindical. Em um único dia, a toque de caixa, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado, transformaram em lei a medida provisória 1.108/22, editada em 25 de março por Jair Bolsonaro, que trata do regime de teletrabalho, e que certamente será sancionada. Lamentavelmente, isso aconteceu sob um pesado silêncio da CUT e das demais centrais sindicais.

As mudanças aprofundam a precarização da reforma trabalhista. Fica estabelecido que, no regime de teletrabalho (que pressupõe o uso de equipamento de informática) ou de trabalho remoto (que pode ser, simplesmente, um ofício manual feito fora da empresa), o trabalhador pode ser contratado por produção ou por tarefa e, nestes casos, deixa de ter jornada regular de trabalho. Em

outras palavras, se a “tarefa” diária para a qual é contratado extrapolar as 8 horas (seja o quanto for), simplesmente não tem direito a horas extras.

A coisa ainda piora quando está previsto que a pessoa pode ser contratada no sistema de teletrabalho ou trabalho remoto, com suas mazelas, mesmo que tenha de prestar o serviço na sede da empresa quase todos os dias (!). É cinismo em estado puro! E, como característica dominante na reforma trabalhista, tudo isso pode ser imposto pelo patrão, pois está no âmbito do contrato individual, no qual quem fixa as regras é o empregador. Mais um golpe na negociação sindical coletiva.

Sindicalistas questionam falta de reação

As votações de 3 de agosto concluíram mais de 4 meses de vigência dessas regras por meio de medida provisória. Mas como pode ocorrer de

o movimento sindical sequer tomar conhecimento de tamanho desastre que já estava em curso? Há uma preocupação de dirigentes sindicais com a paralisia da CUT, que fez com que dezenas deles se dirigissem por uma carta à Executiva da CUT exigindo atenção para a defesa dos direitos trabalhistas, para as difíceis campanhas salariais em curso e para as mobilizações dos trabalhadores – cuja unificação cabe à Central – e não só para a campanha eleitoral. A carta foi entregue à Executiva no início de agosto, em sua primeira reunião desde abril (!). Para os signatários, a luta pelas bandeiras da classe trabalhadora não pode ser deixada de lado em prol de atividades eleitorais, mas, ao contrário, tem de dar o próprio conteúdo da mudança que se quer para o Brasil.

O peso do fórum das centrais

Neste episódio, assistimos a mais

um resultado desastroso do tal Fórum das Centrais. Isso porque o relator da MP na Câmara era ninguém menos do que o pelego Paulinho da Força, que costurou um “acordo” (nas palavras dele), pelo qual houve na MP só duas emendas, uma relativa ao vale-refeição e outra prevendo que as centrais vão receber “o saldo residual das contribuições sindicais (...) que não foram repassadas” (!).

Registre-se que o PT e partidos da oposição votaram contra, mas o importante aqui é que o movimento sindical, em seu conjunto, sequer ficou sabendo, e menos ainda mobilizou, para barrar esta lei nefasta. Agora, a luta ocorre – em condições mais difíceis – em cada sindicato para impor a negociação coletiva do teletrabalho, bem como no reforço à bandeira da Revogação da Reforma Trabalhista com os seus anexos, como esta MP.

Paulo Zocchi

Bolsonaro vetou reajuste da merenda escolar

O governo vetou no dia 10 de agosto o reajuste do valor repassado a estados e municípios pelo governo federal à alimentação escolar. O aumento do valor havia sido

incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo Congresso Nacional.

Atualmente o governo repassa apenas R\$ 0,36 para cada estudante dos ensinos

fundamental e médio (por dia) e R\$ 0,53 por aluno da pré escola.

O texto previa o reajuste do PNAE (programa nacional de alimentação escolar) com

base na inflação. Os valores não são atualizados desde 2017 e vêm sofrendo redução real e nominal. Em 2021, por exemplo, passou de R\$ 4,06 bilhões para R\$ 3,96 bilhões.

Tudo isso num país em que muitos alunos dependem da escola para se alimentar e 33 milhões passam fome. O Congresso ainda pode derrubar o veto. Será que o fará?

11 de agosto: Bolsonaro ainda sem resposta

Caminho acidentado para se livrar desse governo e sua política

A jornada nacional do tradicional Dia do Estudante da UNE (apoiada pela Campanha Fora Bolsonaro) ficou aquém do necessário no enfrentamento da ameaça de Bolsonaro às eleições.

Quem esperava uma maré humana ao redor da Carta aos Brasileiros de 2022 no Largo de S. Francisco se frustrou com os 8 mil presentes (segundo o Estadão).

A grande mídia destacou o ato do Salão Nobre com a Fiesp e a Febraban, onde o orador oficial, José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça de FHC, anunciou o “capital e o trabalho juntos”. Fato tristemente confirmado no site da CUT (“união de sindicatos, empresários e sociedade civil”).

Eventos em outras faculdades de Direito foram simbólicos. Os demais atos da agenda da UNE foram tensionados por divisões internas, e não atraíram o povo.

Como a campanha de Lula não assumiu até agora o enfrentamento da ameaça às urnas, o vazio foi ocupado por uma conjunção inédita: juristas e empresários de peso (mas não todos), com o discreto apoio da

administração Biden, se juntaram às entidades populares em defesa da Constituição e pelo “respeito do resultado das eleições”.

A elite associada ao capital internacional fala de democracia, mas esvaziada de direitos sociais – afinal, apoiou as contrarreformas para reduzir o custo do trabalho – e mesmo sem real soberania popular, pois apoiou a deposição de Dilma e a prisão de Lula. As entidades calaram sobre isso em nome da defesa da Constituição emendada 120 vezes e desfigurada. No fim, foram elas que mobilizaram um setor magro para essa elite sem povo discursar. A elite mesmo não empolgou e não mobilizou nem as classes médias.

O Diálogo e Ação Petista decidiu participar dos atos de rua com panfletos e pirulitos dizendo o que tem que ser dito (ver pág. 5), mas sem se engajar na “defesa da Constituição”. O único ponto de unidade é o “respeito do voto popular”. Teria sido um momento, apesar das contradições, para começar uma oportuna campanha pelo respeito do voto; é discutível saber se foi.

Lula, maior interessado no respeito ao voto

Falando para a elite, Bolsonaro pediu que o julguem pelo que “está fazendo”. De fato, a privatização e a desregulamentação são apoiadas pelo empresariado, e não só do agro. Quanto ao eleitor popular, Bolsonaro espera o efeito das benesses paliativas que começou a distribuir. E ele ainda maneja o efeito da tutela militar sobre o TSE acovardado, avançando numa “apuração paralela”, já possibilitada pelas recentes normas do TSE.

Então, se as benesses não fizerem o efeito desejado, se uma manipulação de pesquisas de véspera não causar confusão suficiente, ainda lhe resta o recurso ao tumulto da apuração. Quem garante que é blefe?

Nessa situação, o interesse maior do povo é que a campanha de Lula encha as ruas dialogando com a massa sobre os direitos sociais e o respeito ao voto popular ameaçado. Lula vai nesse sentido quando recusa “a privatização do SUS”, mas confunde sua base falando que vai ter “reforma administrativa, sim” e, sobretudo, quando afirma que “os militares são mais responsáveis

que Bolsonaro”. Quem garante? E qual o preço pedem os militares?

Estão previstos comícios no dia 18 em Belo Horizonte e no dia 20 em São Paulo, numa programação que continua até outubro, com banquinhas e panfletagens, a qual deveria incluir a resposta ao 7 de setembro bolsonarista numa jornada nacional no dia 10.

Candidaturas nas ruas

É nessa agenda que se engajam os candidatos a deputados apoiados pelo DAP nos vários estados em que estão presentes. Eles lutarão pela vitória de Lula para abrir caminho às medidas de emergência – aumento de salários, emprego, recomposição do orçamento social – e às reformas estruturais através de uma Assembleia Constituinte Soberana para terminar com a tutela militar e revogar as contrarreformas da previdência e trabalhista.

Tudo passa pelo respeito do voto popular em Lula. A campanha de Lula tem uma responsabilidade enorme para esclarecer e rechaçar as pressões dos militares.

João Alfredo Luna

O roubo eleitoral bolsonarista e a miséria do povo

As pesquisas eleitorais mostram que a Emenda Constitucional 123 (conhecida como PEC do Desespero) tem alterado – moderada, mas perigosamente – a opinião pública em favor de Bolsonaro. Depois de outras ECs similares desde o ano passado, ele aprovou-a com o Centão (e com o equivocado apoio da bancada da esquerda) para torrar até a eleição R\$ 42 bilhões na compra de votos, desrespeitando toda a legislação eleitoral e fiscal.

As intenções de voto de Bolsonaro têm crescido nos últimos 3 meses de 27% a 29% na Datafolha. A avaliação positiva de seu governo cresce mais entre os pobres, particularmente os que recebem Auxílio Brasil: no mesmo período, ela saltou de 10% a 28% neste segmento na pesquisa Quaest. Na mais recente pesquisa (BTG-FSB 15/08), Bolsonaro reduziu em 3% sua diferença abaixo de Lula desde fins de maio na estimulada; ainda que na última semana, tal diferença tenha aumentado 4%. E mesmo apenas na última semana, Bolsonaro reduz tal diferença em 1% na espontânea. A despeito da

inflação ter corroído a renda do trabalhador, o aumento de R\$ 200 no valor do Auxílio Brasil distribuídos mensalmente (desde esta semana até dezembro) a cerca de 30 milhões de famílias já exerce um forte impacto, mesmo que em boa medida psicológico. Já a redução do preço da gasolina (outra medida de última hora, puramente eleitoreira) impacta também ainda que mais setores de renda média.

Outra lei aprovada no rolo do estelionato eleitoral bolsonarista permite aos contemplados pelo Auxílio Brasil usar o valor recebido para tomar empréstimo consignado, algo que já era permitido desde março, por outra medida (MP) do tipo, a pessoas com deficiência e idosos em vulnerabilidade social (beneficiários de prestação continuada). Isso tudo tem um impacto de curto prazo na sensação de renda dos muito pobres. Pois, no ano que vem, quando as dívidas forem cobradas, o efeito será devastador a tais trabalhadores vulneráveis que, ludibriados pelo governo, se endividam no momento.

O gráfico ao lado ❷ mostra que

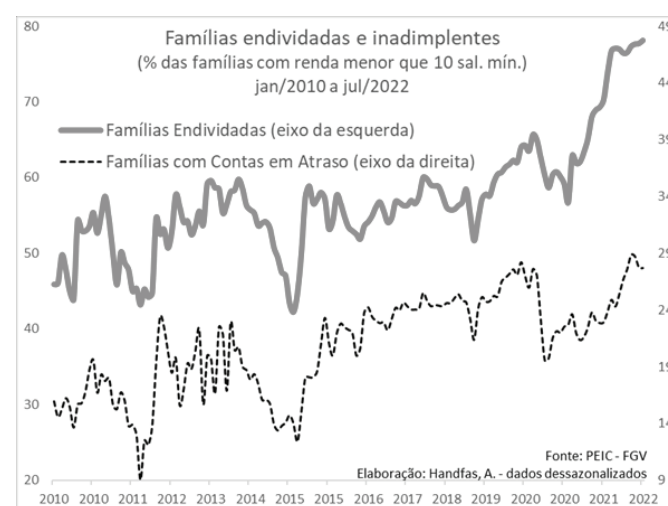
a parcela das famílias (com renda menor que 10 salários mínimos) que estão endividadas subiu de 59% para 77% entre julho de 2019 e de 2022. Até 2016 a média era de 52%. O número de famílias que não mais consegue pagar suas contas mensais também subiu significativamente no período – atingindo os atuais

28%. E seguirá subindo assim que passar a farra eleitoreira. Note-se que em 2022, o avanço na proporção de endividados foi maior entre as mulheres. A falta de políticas de emprego e renda e a alta do preço dos alimentos empurram as chefes de família para o empobrecimento e endividamento.

A situação será catastrófica assim que passar a eleição e as medidas enganadoras de Bolsonaro expirarem. A saída de tal sofrimento, claro,

só pode ser aberta se a eleição e posse de Lula forem garantidas. Mas ela só será efetivada se medidas emergenciais forem tomadas – todas em confronto com o desejo dos banqueiros, da maioria do Congresso e da grande mídia: revogação do Teto de Gastos, das Reformas Trabalhista e Previdenciária; aprovação de reforma tributária progressiva, da reestatização da Eletrobras entre outras, que deve ser defendido na campanha, desde já.

Alberto Handfas



As mudanças e os limites da Independência

Segunda parte da série sobre os 200 anos da Independência do Brasil

Quem assumiu o poder em 1822, com a declaração da independência, foram os proprietários de terras e os grandes comerciantes. Mas o nascimento do Brasil como Estado nacional não foi pacífico e tranquilo. De um lado, começava a quebrar os bloqueios que a colonização de Portugal criava ao desenvolvimento do capitalismo, de outro, libertava um impulso por mudanças que contagiava até as massas de escravos e trabalhadores livres. Apesar dos esforços das elites para impedir mudanças, a independência modificou a vida do país, sobretudo porque exigiu a formação de um Estado nacional e fortaleceu cada vez mais uma dinâmica capitalista na economia, ainda que articulada com a permanência da escravidão dos negros e subordinada ao controle da Inglaterra.

A separação de Portugal

Em uma rápida sucessão de acontecimentos entre 1821 e 1823, o processo de ruptura com Portugal iniciado em 1808 avançou rapidamente. Em 26 de fevereiro de 1821 manifestações de rua forçaram o rei D. João VI a jurar lealdade à Constituição liberal e voltar para Portugal, deixando seu filho D. Pedro como regente. Os liberais portugueses queriam que o Brasil voltasse a ser colônia.

Em 2 de setembro de 1822 o governo no Rio de Janeiro recebe a informação de que o parlamento português enviaria tropas ao Brasil por considerar o regente e seus conselheiros traidores e inimigos. Em viagem a São Paulo D. Pedro proclama a Independência em 7 de setembro de 1822.

Mas a luta pela independência não termina aí. As classes dominantes tentaram uma transição através de arranjos palacianos, mas a resistência das tropas portuguesas de um lado e as mobilizações populares de outro, tornam o processo tenso e violento.

O novo Estado e a Constituinte

Para fazer nascer o novo Estado nacional foi costurada uma conciliação precária entre os que defendiam uma monarquia absoluta e os revolucionários liberais que defendiam algum tipo de monarquia constitucional que desse algum controle aos proprietários. Havia também a pressão das províncias, para não falar das esperanças populares por terra e liberdade, completamente ignoradas e que logo vão aparecer.

Uma tentativa de submeter o imperador ao juramento de uma futura Constituição é esmagada por José Bonifácio em outubro de 1822. Uma onda de prisões e censuras da imprensa prepara a abertura da Assembleia Constituinte em maio de 1823, quando D. Pedro I defende o sistema monárquico e, depois de meio ano de trabalhos, manda prender os deputados e dissolver a constituinte em 12 de novembro de 1823.

A primeira Constituição do país foi imposta em 1824 e estabelecia um governo "monárquico, hereditário e constitucional representativo". O imperador é "inviolável e sagrado"; podendo exercer o "poder moderador", outro nome para um poder absoluto: podia intervir sobre câmaras legislativas, Senado e judiciário; escolher os senadores em listas tripliques de eleitos, convocar assembleia geral das províncias quando julgasse conveniente, aprovar ou suspender as decisões dos conselhos provinciais, suspender juízes etc.

O imperador era também o chefe do executivo podendo nomear ministros, bispos, juízes, criar empregos, dirigir a política externa e as forças armadas. A Câmara dos deputados seria temporária e o Senado vitalício. Era uma "democracia" para as elites de proprietários: para poder votar era preciso não ser trabalhador e para ser eleito deputado era preciso ter alta renda. A religião católica foi imposta como religião oficial do Império.

As ideias liberais das burguesias revolucionárias ficaram apenas na mente e nos debates de pequenas minorias. O liberalismo aqui foi adaptado aos interesses dos escravocratas e dos grandes comerciantes: quando lutavam por liberdade e igualdade, nossos "patriotas" queriam acabar com os privilégios que beneficiavam a metrópole e prejudicavam os seus negócios. Esses líderes eram em sua maioria membros da elite e racistas, temiam a rebelião da massa dos escravos e qualquer ideia próxima de democracia.

Independência e o medo da revolução

Na Bahia as lutas se ampliam e entram em cena manifestações populares no processo de independência. A derrota das tropas portuguesas só termina em 2 de julho de 1823, depois de grande mobilização em que participam negros e indígenas, tropas regulares e voluntários. Esse bloco popular despertou grande medo nos proprietários escravocratas, que temiam que as lutas por terra e liberdade se incorporassem ao objetivo da independência e transbordassem fora do seu controle.

Na província do Grão-Pará (hoje toda região norte do país) a luta pela independência foi em parte capturada pelas exigências próprias das massas populares. Ali havia uma forte elite de proprietários portugueses e uma ligação comercial direta com Lisboa, mais próxima que o Rio de Janeiro. Na cidade de Belém a Proclamação da Independência ocorre apenas em 15 de agosto de 1823, depois que o Lord almirante Grenfell a serviço de D. Pedro I derrubou a junta de governo. Mas uma mobilização de massas exige a formação de um governo popular chefiado pelo Cônego João Batista Campos. Grenfell desencadeou violenta repressão, fuzilamentos, centenas de prisões que desembocaram no massacre por sufocamento de 256 prisioneiros no porão de um navio, episódio conhecido como "Chacina do Brigue Palhaço".

Em Pernambuco as raízes da revolução de 1817 estavam vivas. Dez dias depois da proclamação de 7 de setembro de 1822 forma-se um governo alinhado com D. Pedro I. Em dezembro de 1823, como reação ao fechamento da Assembleia Constituinte, ocorre uma rebelião e o governo da província é derrubado. D. Pedro I envia um governador nomeado e uma esquadra para bloquear Recife em junho de 1824 e impor seu controle. Mas a resistência prossegue e em 2 de julho de 1824 é proclamada a Confederação do Equador como uma república



A Execução de Frei Caneca", obra de Murillo de La Greca

independente unindo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, chefiada por Manuel Paes de Andrade e frei Caneca. As tropas imperiais conseguem derrotar a confederação com apoio dos senhores de engenho. A guerra termina em 29 de novembro e os seus principais líderes são fuzilados.

O salto ao capitalismo

A Independência provocou uma transformação no Brasil. Obrigou a camada de proprietários a construir um novo e complexo aparato de Estado para a defesa do território, para a sua administração e para favorecer diretamente seus interesses. Esse processo nos primeiros anos foi caótico e contraditório, mas criou uma dinâmica de modernização econômica nova e diretamente capitalista.

Mas ao mesmo tempo em que o país se desfazia do peso parasita da decadente economia de Portugal e se abria completamente para a concorrência do capitalismo inglês (as tarifas de importação eram baixíssimas, 15%), internamente era mantido o trabalho e o tráfico de escravos negros. Um processo de acumulação de capital passou a ocorrer entre os proprietários rurais, mas esmagava a possibilidade de um desenvolvimento autônomo do capitalismo no país ao manter a escravidão e voltar sua produção para fora se favorecendo da abertura comercial. A escravidão era o coração econômico do país e a direção política do novo Estado estava com a classe diretamente interessada na conservação da escravidão.

Everaldo Andrade



O Primeiro Passo para a Independência da Bahia, de Antônio Parreiras.

Chile: por que votar “Aprovo” em 4 de setembro?

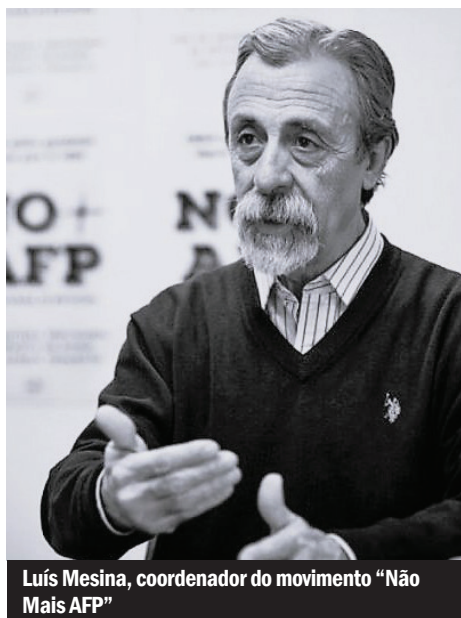
Ouvimos Luís Mesina sobre o referendo à nova Constituição

Entrevistamos o dirigente da Confederação Bancária do Chile, coordenador do movimento “Não Mais AFP” (fundos de pensão privados) e membro do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI), Luís Mesina.

Mesina, no “estalido social” que sacudiu o Chile ao final de 2019, foi o porta-voz da Unidade Social, conjunto de organizações populares e sindicais que se somaram aos protestos. Foi candidato independente à Convenção Constitucional, com mais de nove mil votos, e por pouco não foi eleito. Durante todo o período em que os constituintes elaboraram a nova carta, junto a seus companheiros sindicalistas e da coordenação “Não Mais AFPs”, ele esteve ativo na elaboração de propostas de iniciativas populares em temas caros à classe trabalhadora.

O Trabalho: Porque se deve votar pelo “Aprovo” em 4 de setembro?

Luís Mesina: Por varias razões, a mais importante, porque reconhece o Chile como um “Estado social e democrático de direito”, o que supõe deixar para trás a Constituição Pinochetista que consagrava o Estado



Luís Mesina, coordenador do movimento “Não Mais AFP”

chileno como subsidiário, deixando todo o terreno da economia para a iniciativa privada, limitando completamente a ação do Estado.

Além disso, a proposta de nova Constituição reconhece certos direitos como fundamentais. Saúde, seguridade social, educação, moradia passam a adquirir uma categoria superior à da atual Constituição que havia entregado esses direitos a organismos privados, o que os converteu em negócios nestes 41 anos. E, talvez

o mais importante, a nova Carta consagra a liberdade sindical com caráter constitucional, estabelecendo o direito à sindicalização, de greve e de negociação coletiva por ramo. Consagra também o sindicato como a única organização titular exclusiva de direito, portanto, a única representante dos trabalhadores na negociação coletiva.

O plebiscito se realiza após os primeiros cinco meses de governo Boric. Como vem sendo a sua ação inicial e como repercute entre os que o elegeram?

Nos primeiros meses a ação do governo tem sido um tanto errática. O povo tinha muitas expectativas, afinal trata-se do presidente mais jovem e que obteve a mais alta votação das últimas décadas. Sua eleição aparecia como a concretização das demandas da revolta de 18 de outubro de 2019. Entretanto, sofrendo uma pressão enorme da direita que não lhe perdoa o mínimo erro, o governo abandonou parte importante de seu discurso de transformações que a cidadania exigia, como o fim das AFPs, a desmilitarização do Wallmapu (território indígena

Mapuche), dentre outras. Todo esse discurso foi sendo moderado na tentativa de tranquilizar a direita que pressiona e o grande empresariado que resiste às mudanças prometidas.

Essa pressão da direita é tamanha que o governo interferiu no processo constituinte antes que se sancione no 4 de setembro a nova Constituição, ao anunciar a sua vontade de modificar a Carta uma vez aprovada, o que seria uma transgressão aberta da soberania popular. Uma atitude que revela a disposição do governo de deslizar ainda mais à direita para ter maior governabilidade. O que envolve, ao mesmo tempo, muitos riscos, pois o povo teria que tolerar que se desconheça a sua vontade expressa durante todo o período aberto com o estalido social.

Em 4 de setembro há duas alternativas: aprovar ou rechaçar. Aprovar implica iniciar uma nova etapa de transformações que a Constituição por si só não resolverá, mas oferece uma saída. Rechaçar implica ficar com a Constituição de Pinochet e um modelo que privatizou os direitos sociais e reduziu o sindicalismo à sua mínima expressão. É o que estará em jogo no próximo 4 de setembro.

Obrador visita Joe Biden nos EUA

Pressão no México sobre imigração e “giro energético”

Um mês após ter se ausentado da Cúpula das Américas convocada por Joe Biden em Los Angeles (6 a 10 de junho), em protesto quanto ao não convite a Cuba, Venezuela e Nicarágua, o presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador visitou o dos EUA em 12 de julho.

Em Washington, Obrador discutiu de forma bilateral os mesmos temas da Cúpula que ajudou a esvaziar. Dois deles se destacam: enfrentar e deter a migração centro e latino-americana rumo aos EUA; promover investimentos “gringos” no setor energético.

A imigração, diante da crise atual que combina recessão e queda da produção tanto nos EUA, quanto no

México e países da região, vai aumentar, muito além dos 300 mil vistos solicitados por Obrador (150 mil para mexicanos e a outros 150 mil para centro-americanos).

O governo mexicano renovou compromissos de reorganização dos postos de fronteira e, no quadro do chamado Plano do Sudeste (ver abaixo), construirá uma ferrovia que ligará o Atlântico ao Pacífico, com sua administração entregue ao exército e marinha, num verdadeiro cinturão de contenção à migração.

“Bateria de energia” para os EUA

Empresas imperialistas sediadas nos EUA vão investir 40 bilhões de

dólares em três anos para a produção de energia eólica na região desértica de Sonora, no chamado Plano do Sudeste, e também ao sul, em Chiapas, para aproveitar correntes de ventos.

Assim, a política econômica do “progressista” Obrador é a continuidade daquela dos governos anteriores, dominados pelo PRI e PAN. O Tratado de Livre Comércio (com EUA e Canadá), em seus 30 anos, foi fator de crescimento da desigualdade social e da pobreza, além do narcotráfico. O novo tratado (TMEC) foi ratificado por Obrador e hoje o Plano Sudeste indica que o México aporte energia, água, matérias primas para empresas

dos EUA, além de mão de obra barata (vistos de trabalho).

E o povo trabalhador mexicano, cujas condições de vida pioram? Formam-se no horizonte nuvens carregadas, pois os problemas se aceleram e começa um movimento de resistência dos trabalhadores e povo mexicano por suas reivindicações vitais.

Ajudar nesse processo de organizar a resistência foi o tema da reunião nacional convocada pelos Comitês de Diálogo de trabalhadores e trabalhadoras, com delegações vindas de 10 estados, realizada na Cidade do México em 30 de julho. Só o povo salva o povo!

Correspondente

Presidente do Equador intervém na justiça para manter Jorge Glas preso

Na sexta-feira, 5 de agosto, o juiz de Garantias Penitenciárias, Molina Ruben, concedeu habeas corpus ao ex-vice-presidente do Equador, Jorge Glas, e a outras

duas pessoas.

Na segunda-feira, dia 8, o presidente Guillermo Lasso divulgou nota determinando às “instituições do Estado” o descumprimento da decisão

judicial. Dois dias depois o juiz Molina foi preso, acusado de “abuso de autoridade”.

Essa aberta violação de numerosas garantias constitucionais, inclusive com a

prisão de um juiz competente no exercício de suas atribuições legais, soma-se às perseguições contra líderes indígenas que impulsionaram o Paro Nacional de julho.



Glas, ex-vice-presidente do Equador

Israel bombardeia palestinos novamente

Ofensiva em Gaza ocorre após aumento da repressão contra militantes

Por vários meses, a repressão israelense contra militantes palestinos vem aumentando, particularmente em Jenin e Nablus, na Cisjordânia, onde se sucedem as operações de comando das forças de ocupação.

Além dessas operações e assassinatos direcionados, grupos de “militantes sionistas radicais”, como apresentados pela própria imprensa israelense, ou seja, os colonos israelenses da Cisjordânia, multiplicam as provocações, inclusive invadindo a Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, sempre sob proteção policial. (...)

No dia 1º de agosto, o principal líder da Jihad Islâmica na Cisjordânia, Bassam al-Saadi, foi preso em sua casa no campo de refugiados de Jenin por um comando israelense. Al-Saadi já havia sido preso várias vezes e passou 15 anos em prisões israelenses. Dois de seus filhos foram mortos pelo exército durante a invasão do campo em 2002.

A Jihad Islâmica exigiu a libertação imediata de seu dirigente. Imediatamente, o Estado israelense acusou a

organização de preparar “operações terroristas” em resposta à prisão de Al-Saadi e pediu aos residentes dos assentamentos próximos a Gaza que se dirigissem aos abrigos. Após a provocação israelense, a ordem foi dada para bombardear a Faixa de Gaza “preventivamente”.

Três dias de bombardeio “preventivo”, mais de 40 mortos, incluindo 15 crianças, centenas de feridos, no que é apresentado pela mídia cúmplice como “um novo surto de violência entre Israel e o grupo Jihad Islâmica”, colocando, como sempre, os agressores excessivamente armados em pé de igualdade com os atacados.

Eleições legislativas

Bombardear uma área densamente povoada como a Faixa de Gaza é o mesmo que matar deliberadamente civis. Muitas testemunhas palestinas confirmam que, como sempre acontece no Estado israelense, essa ofensiva visa a afirmar a autoridade do chefe de Estado sobre seus concorrentes, às vésperas de novas eleições



Bombardeio destrói prédio residencial na faixa de gaza

legislativas, que serão realizadas em 1º de novembro.

O primeiro-ministro, Yair Lapid, apresentado como “moderado” pela mesma mídia cúmplice, declarou diante dos oficiais do exército israelense: “A eleição não é entre mim e Netanyahu, mas entre o futuro e o passado”. Ao dar a ordem de bombardear – preventivamente – a Faixa de Gaza, Lapid mostra que sua concepção de futuro se confunde com o passado e o presente

da mesma política contra o povo palestino, baseada no princípio da punição coletiva.

Trata-se de negar ao povo palestino o seu direito à terra, sua identidade, seu direito de existir. (...) “Em toda a Palestina, para além das divisões territoriais impostas, esta nova provocação só reforça a convicção de que somos um só e mesmo povo”, relata um militante.

François Lazar, com correspondentes na Palestina

A visita de Nancy Pelosi a Taiwan

Um outdoor dá as boas-vindas à presidente da câmara dos deputados dos Estados Unidos Nancy Pelosi em Taipei, Taiwan, em 2 de agosto. Pelosi é a mais alta representante estadunidense a visitar a ilha em 25 anos.

Segundo a Business AM (3 de agosto): “É a incompreensão quase geral da mídia americana. Não estamos falando da imprensa conservadora, que tem uma aversão natural à “crazy Nancy”, mas do New York Times, do Washington Post e mesmo da Bloomberg. A presidente da câmara dos deputados foi a Taiwan contra o conselho de Biden, apesar das ameaças de Pequim, e num contexto internacional já muito tenso”.

Para o diário empresarial japonês Nikkei Asia, a visita de Pelosi a Taiwan “pode ter avançado o risco de uma crise EUA-China, enquanto os

preparativos em Taiwan e no Japão ainda não são adequados. (...) O problema com a visita de Pelosi é que ela força a administração Biden a enfrentar as consequências das ações de um político, por mais bem fundamentadas que sejam.

Biden admitiu aos repórteres que seus conselheiros militares achavam que a viagem de Pelosi a Taiwan era uma má ideia. No entanto, ele não foi capaz de impedir uma iniciativa de um braço do governo estadunidense. Isto revela uma quebra na comunicação entre as duas figuras do Partido Democrata. (...) Com os democratas esperando perder sua maioria na câmara dos deputados nas eleições de meio mandato de novembro, seus dias como porta-voz parecem contados. Neste contexto, a visita parece mais destinada a uma realização pessoal, do que fazer parte da estratégia

dos EUA em relação à China (...).

Por sua vez, o Ministério das Relações Exteriores chinês lembrou em 2 de agosto: “Há apenas uma China no mundo, Taiwan é parte integrante do território chinês e o governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China. Isto está explicitamente consagrado na Resolução 2758 da Assembleia Geral da ONU de 1971. Desde a fundação da República Popular da China em 1949, 181 países estabeleceram relações diplomáticas com a China com base no princípio de uma só China.

Em 1979, os Estados Unidos, no Comunicado Conjunto China-Estados Unidos sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas, confirmaram claramente o compromisso: ‘Os Estados Unidos da América reconhecem o Governo da República Popular

da China como o único governo legal da China. Neste contexto, o povo dos Estados Unidos manterá relações culturais, comerciais e outras relações não oficiais com o povo de Taiwan’.

E, neste sentido, declarou: “O poder executivo dos Estados Unidos tem a responsabilidade de impedir essas visitas. A presidente Nancy Pelosi é uma dirigente em exercício do Congresso dos EUA. Sua visita a Taiwan e qualquer atividade que realize lá, sob qualquer forma e por qualquer razão, constituem uma grande provocação política para aumentar os intercâmbios oficiais entre os Estados Unidos e Taiwan. A China jamais o aceitará. O povo chinês o rejeita absolutamente”. A visita intempestiva de Nancy Pelosi a Taiwan é certamente uma clara expressão da crise nas cúpulas do imperialismo estadunidense.

Albert Tarp

Colabore com a luta da classe trabalhadora

ASSINE O TRABALHO
44 anos a serviço dos trabalhadores

assinatura mensal
R\$10/mês

assinatura semestral
R\$60/semestre

assinatura anual
R\$120/ano

assinatura solidária
R\$150/ano

